



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Ata Reunião CAEN nº 01 – 21/02/2019

1 Às oito horas e trinta minutos do dia 21 março de 2019, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência, os membros do Comitê Assessor de Ensino (CAEN), abaixo
3 nominados, para reunião com a seguinte pauta: a) definições para a realização do
4 VII Seminário de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IFFar; b)
5 panorama sobre a revisão das diretrizes para os cursos técnicos do IFFar
6 (compilados dos *checklists* em anexo), pesquisa com estudantes e perfil dos
7 egressos; c) definição de cronograma de trabalho para alteração das diretrizes e
8 PPCs dos cursos técnicos; e d) Assuntos gerais. Seguem os assuntos tratados:
9 definições para a realização do VII Seminário de Assessores Pedagógicos e
10 Gestores de Ensino do IFFar: de início, o Pró-Reitor de Ensino, Édison informou
11 que não tem orçamento para o *coffee break* do evento devido contingenciamento
12 das despesas. Segundo a PROAD, haverá disponibilidade de diárias, considerando
13 o ensino prioridade da Instituição e que esse evento será um momento de
14 planejamento e formação para os gestores de ensino. Saliou que a programação
15 no primeiro dia está focada na formação integral e valorização da vida, e no
16 segundo será para planejamento. Também foi solicitado à Reitora, Prof^a Carla
17 Comerlato Jardim, apresentar um panorama das ações referentes à construção do
18 PDI. No final do primeiro dia da programação, a psicóloga Graciele, Presidente do
19 GT Valorização da Vida, realizará não somente uma fala, mas um diálogo com os
20 gestores de ensino sobre como tratar e encaminhar as questões de saúde mental e
21 prevenção do suicídio. Foi ressaltado, conforme Memorando Circular Eletrônico nº
22 16/2019 enviado aos campi dia 15 de fevereiro de 2019, por solicitação da Graciele,
23 o envio prévio de questões mais complexas para que dar retorno no evento.
24 Lembrou que no segundo dia haverá o encontro dos setores para Planejamento
25 Geral do Ensino IFFar 2019. Embora alguns setores já tenham finalizado o seu
26 planejamento, poderão fazer ajustes. Nesse planejamento serão definidas as ações
27 macro institucionais que serão realizadas por todos os setores de maneira comum.
28 Este mesmo formato poderá ser utilizado para o planejamento dos *campi*,
29 constando suas peculiaridades. Assim, após o fechamento do planejamento geral
30 será encaminhado para os campi incluírem o que é específico de cada setor e de
31 sua gestão de ensino. Prof. Édison ressaltou que antes do Seminário, as ações
32 propostas no Planejamento Geral do Ensino 2019 deverão ser revisadas,
33 verificando se há necessidade de incluir novas ações (para que no dia 21 de março
34 de 2019 as propostas sejam concluídas). Ficou definida a participação dos
35 Coordenadores da Assistência Estudantil, Coordenadores dos Registros
36 Acadêmicos, Coordenadores das Ações Inclusivas, Diretores de Ensino e
37 Coordenadores Geral de Ensino, um representante do Setor de Assessoria
38 Pedagógica, presidentes do PPE e dos programas educacionais. Além disso,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

39 decidiu-se que cada *campus* trará uma contribuição para o *coffee break*. A respeito
40 da revisão das Diretrizes Institucionais dos Cursos Técnicos, Daiele apresentou um
41 panorama das atividades que foram desenvolvidas até o momento: a) um compilado
42 com todas as sugestões apresentadas no *checklist*; b) uma versão com as
43 correções apontadas pelos *campi*; e c) um resumo do que precisa ser definido, ou
44 seja, os pontos que ficaram em desacordo e geraram maiores discussões:
45 composição de colegiado de curso, algumas atribuições do NPI, questões sobre o
46 Conselho de Classe, a descrição nos componentes curriculares. Além disso, Daiele
47 ressaltou que definições deverão ser tomadas em relação às novas legislações que
48 foram aprovadas, e apresentou alguns questionamentos: o que será feito em
49 relação à Língua Espanhola?; O que será feito em relação ao Centro de Idiomas?;
50 Como será reorganizada a carga horária de Filosofia e Sociologia?; considerando
51 que não são mais obrigatórias nos três anos do Ensino Médio. Apontou questões
52 referentes ao panorama nacional: a) 21 de novembro de 2018: aprovação da
53 Resolução 13, as Diretrizes do Ensino Médio, que estão sendo estudadas pela
54 Assessoria Pedagógica. Essas diretrizes alteram a Resolução 04/2012, vincula a
55 questões do menor aprendiz, apresenta a validação do trabalho voluntário como
56 parte do Ensino Médio; b) 19 de novembro de 2018: a aprovação da BNCC, que não
57 foge muito dos nossos currículos; c) foi apresentada esta semana a Minuta de
58 alteração da Resolução CNE/CEB 06/2012 e Resolução CNE/SP 03/2002 que trata
59 da proposta de mudança das Diretrizes dos Cursos Técnicos e propõe aglutinar as
60 diretrizes dos cursos técnicos e tecnólogos em uma resolução, alterar o Catálogo
61 Nacional dos Cursos Técnicos, passando a ter eixos tecnológicos e áreas
62 tecnológicas, tornando-se bastante abrangente. Também, essa nova proposta,
63 apesar de não retirar a possibilidade dos cursos integrados, não delimita a carga
64 horária dos cursos. Ela só diz que deverá ter no mínimo 3000 horas respeitando
65 1800 horas. Nas considerações finais diz que só serão revogadas as disposições
66 contrárias. Nesse caso, não especificando a carga horária para cada um dos cursos
67 técnicos parece que ainda seria válido. Foi realizado um estudo que foi entregue
68 para a Prof^a Carla apresentar na reunião desta semana no CONIF. Daiele ressaltou
69 que poderá surgir mais uma nova legislação que implicará na reorganização dos
70 cursos técnicos. Portanto, com esta nova situação, outras definições deverão ser
71 tomadas institucionalmente: mantém-se o que tinha sido planejado, alteração dos
72 PPCs com o que temos definido, ou aguardarmos as próximas alterações propostas
73 pelo novo governo? Nesse sentido, aguardar o que será alterado não somente nos
74 cursos técnicos, mas também nos cursos tecnólogos e no Catálogo Nacional dos
75 Cursos Técnicos. A seguir, Daiele realizou alguns apontamentos: na Diretriz que já
76 foi aprovada, apresenta a possibilidade de 80% de carga não presencial para os
77 cursos PROEJA, na minuta da Resolução 6, apresenta que os cursos poderão vir
78 dispor de carga horária não presencial, mas não estipulam o quanto, mas sinaliza



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

79 que poderá vir descrito no Catálogo Nacional dos Cursos Técnico. Édison
80 esclareceu que semana passada, após ter sido enviada a pauta para a reunião do
81 CAEN, surgiu a Minuta, que vai se caracterizar como novas Diretrizes dos Cursos
82 Técnicos e de Tecnologia e que, ontem e hoje, o CONIF e coordenadores dos polos
83 estão reunidos em Brasília, fazendo essa discussão, e também haverá uma reunião
84 com o relator do documento no Conselho Nacional de Educação (CNE), Rafael
85 Lucches. Segundo a coordenadora do FDE, eles não aceitarão mudanças, apenas
86 descrição de melhorias no texto. A ideia é que essa minuta passe por uma consulta
87 pública. Assim que tivermos retorno, será enviado o material para análise do CAEN.
88 Portanto, essa pauta foi uma surpresa. Segundo Édison, o que se percebeu até o
89 momento é que essa minuta apresenta alguns aspectos vagos, permanece a
90 possibilidade dos cursos integrados, da formação integral, esses continuam
91 previstos como um dos critérios. Daiele percebeu que a Minuta da Resolução Nº 6
92 fortalece o notório saber. Antes na Resolução Nº 13, o notório saber tinha foco na
93 falta de profissionais da área técnica. Nessa minuta, consta um artigo que
94 possibilita, na falta de um professor licenciado, a possibilidade de ser realizada uma
95 formação para suprir a falta desse profissional, no formato de FIC, isto é, uma
96 formação continuada, habilitando para atuarem nessas disciplinas que não são
97 técnicas. Daiele sugeriu que seja realizado um encontro presencial do CAEN para
98 tratar das Diretrizes, referente ao último compilado que foi elaborado a partir do
99 checklist e dos estudos que já foram realizados, como da BNCC, da Resolução Nº
100 13, incluindo a discussão das novas possibilidades que surgiram a partir da Minuta
101 da Resolução Nº 6 e da mudança do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
102 Todos concordaram com a sugestão do encontro presencial para discussão e
103 apropriação do CAEN referente às propostas que surgiram a fim de evitar um
104 retrabalho. Em relação à pesquisa dos estudantes egressos, Daiele sugeriu que os
105 dados após compartilhados com o CAEN fossem apresentados para os
106 coordenadores de curso, através de videoconferências, após a semana do carnaval
107 com a duração de 1h30min para cada campus. Além disso, aproveitar esse espaço
108 para expor o panorama das atividades em relação às Diretrizes dos Cursos
109 Técnicos e PPCs. Todos concordaram. Porém os campi Panambi e São Vicente do
110 Sul estarão neste período em reconhecimento de curso, e terão um cronograma de
111 agendamento diferenciado. Foi posto em votação e definiu-se que a reunião
112 presencial do CAEN será dia 11 de abril das 13h às 20h e 12 de abril das 8h às
113 12h. Édison salientou que o próximo ponto de pauta ficou comprometido, pois para
114 alteração dos PPCs será necessário aguardar as discussões do encontro presencial
115 do CAEN em abril. Sugeriu que no dia 20 ou 21 de março, no Seminário de
116 Formação dos Gestores, se utilize um momento do evento para repassar um
117 panorama geral sobre o que foi discutido na reunião de hoje, no máximo uns 40
118 minutos para colocar a par e todos falarem a mesma linguagem. Assuntos Gerais:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

119 Organização do PID - Helena (SVS) relatou que na RAD teve dificuldades no PID
120 em relação à carga horária, os Integrados, por exemplo, ficaram com um semestre
121 toda a carga horária. Édison solicitou que os campi enviem por e-mail todas as
122 dificuldades que estão surgindo para ser encaminhado para DGP ou DTI para
123 verificar se está ocorrendo problema de parâmetro ou de sistema. REA - Bianca
124 (SB) questionou se o *campus* pode elaborar um documento interno para orientar o
125 plano de estudo de quantas avaliações devem ser realizadas no REA, passando
126 pelo NPI e os Colegiados de Cursos Superiores. Édison explicou que o Colegiado
127 de Curso é órgão deliberativo para definir a execução da REA. Bianca perguntou se
128 para ofertar REA a disciplina deve estar sendo ofertada, conforme a grade
129 curricular, no semestre. Édison informou que não é necessário que a disciplina
130 esteja em oferta no semestre, pois ela se trata de um regime especial de avaliação,
131 o aluno realizará somente avaliações e não compõe a carga horária do professor e
132 não é computada na RAD. Ainda, Bruno (FW) informou que a CRA, para fins de
133 registros, oferta a REA no SIGAA, onde constará a matrícula do aluno na disciplina,
134 assim gerando o Diário de Classe que é preenchido normalmente. Segundo Édison,
135 não é exigido preenchimento de Diário de Classe para REA, conforme prevê o
136 regulamento. O lançamento no SIGAA é feito direto no histórico escolar e a
137 documentação comprobatória é arquivada na pasta do aluno. Nesse sentido, será
138 solicitado à Deisi, Coordenadora dos Registros e Diplomas, no Seminário de
139 Gestores, que junto às CRAs elabore uma orientação para a padronização de
140 registro do REA no SIGAA. SB e URU - Processo Seletivo - prazo máximo para
141 realizar as chamadas dos cursos integrados - deverão verificar com a Andrea,
142 responsável pelos Processos Seletivos. Procedimento para as turmas de
143 licenciaturas que não fecharem até 14 de março - deverá ser deliberado pelo
144 CODIR. Édison observou que a alteração do Processo Seletivo pelo Sisu para o
145 Processo Seletivo gerenciado pelo IFFAr não obteve êxito. Assim, deverá ser feita
146 uma discussão o quanto antes, sobre o processo Seletivo para evitar decisões
147 precipitadas. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada e registrada na presente
148 ata os assuntos tratados, que será assinada pelos participantes.

MEMBROS CAEN – LISTA DE PRESENÇA

PROEN Édison Gonzague Brito da Silva

PROEN Joze Medianeira dos Santos de Andrade



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROEN Janete Maria De Conto

PROEN Hermes Gilber Uberti

PROEN Monique da Silva

FW Bruno Batista Boniati

FW Márcia Rejane Kristiuk Zancan

JA Marlova Giuliani Garcia

JA Astor João Schonell Júnior

JC Silvia Montagner

JC Cleonice Graciano dos Santos

PB Cléber Rubert

PB Alice Gebert

SA Marcia Schneider

SA Beatris Gattermann

SAN Andrea Pereira

SAN Andressa Peripolli Rodrigues

SR Analice Marchezan



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

SR Raquel Canova

SB Rafael Baldiati Parizi

SB Bianca Bueno Ambrosini

SVS João Flávio Carvalho

SVS Eliana Zen

UR Diely Valim dos Santos

Outros participantes: Daisele Zuquetto Rosa, Daniela Dressler Dambros, Adriele Rodrigues e Nádia Beatriz Belinazo.